

10. Informe da Assessoria Juridica do CIR - Dezembro de 1992

IV Congresso da COICA

A Assessoria participou do IV Congresso Nacional da COICA, com representantes de nove países da Bacia Amazonica. O Congresso foi importante porque elegeu a nova diretoria executiva, da qual o Brasil faz parte; transferiu a sede da COICA do Peru para o Ecuador e definiu a participação das organizações indígenas da Amazonia através da COIAB. Anteriormente o Brasil era representado pela UNI. A Assessoria acompanhou o coordenador do CIR, Clovis Ambrosio e dois representantes da OPIR, Euclides Pereira e o professor Fausto, no evento.

Campanha Continental dos 500 Anos

O vice-coordenador do CIR, Waldir Tobias, encontra-se em viagem de um mês (15.11 a 15.12) por 7 países da Europa. Ele integra juntamente com um representante indígena do Canada, um da Bolívia e um da Nicarágua a comissão que representa a Campanha Continental de 500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular. O objetivo da viagem é divulgar a campanha e tecer alianças com outras organizações afins. No dia 12 de Dezembro a comissão estará em Estocolmo, onde assistirá a entrega do prêmio Nobel da Paz desde ano para a líder indígena guatemalteca Rigoleta Menchu.

Materials Disponíveis

No mês de Dezembro recebemos os resumos do I, II e III Encontro Continental da Campanha de 500 anos de Resistência, Indígena, Negra e Popular. Juntamente com este material recebemos o texto "Nación e Indianidad: Os movimentos sociais Indígenas y la Cuestión Nacional em América Latina". Todo o material está em Espanhol e disponível para tirar cópias na Assessoria Jurídica.

-Situacao Política

Com o término do levantamento fundiário da terra indígena Raposa/Serra do Sol os fazendeiros e políticos do estado acordaram para a possibilidade concreta da demarcação desta área indígena e resolveram, infelizmente todos, reagir contra. Nos dois últimos meses os jornais locais dedicaram uma parte considerável de seus espaços para, na maioria das vezes, distorcer os fatos e polemizar sobre a demarcação. Destaque especial para o jornal "O Estado de Roraima" que não poupou o ridículo para tratar da questão. Ataques também foram feitos a Igreja, que é considerada a principal responsável pelos conflitos existentes entre fazendeiros e índios.

Por entenderem que a proposta de demarcação de uma área única nasce dos conflitos existentes, e não da necessidade de um espaço vital suficiente para a sobrevivência física e cultural, implicando na necessidade de espaço para a continuação da existência das comunidades indígenas como sociedades diferenciadas, os fazendeiros menos violentos estão tentando criar um clima de entendimento entre eles e algumas comunidades indígenas, visando continuar na área indígena.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	21 / 10 / 98
cod	080 07348

Seminario da Assembleia Legislativa

Tambem nesta mesma linha de raciocinio, mas tentando ocupar um espaco politico maior, a Assembleia Estadual, atraves de uma comissao declaradamente a favor da continuacao dos fazendeiros dentro da area indigena, e que tambem identifica a Igreja como responsavel pelos conflitos na area indigena, esta organizando um seminario de tres dias para debater o problema. este seminario deveria ocorrer nos proximos dia 3,4 e 5 mas foi adiado sem nova data para acontecer.

Questao Maturuca

O professor Inacio da maloca Maturuca foi baleado na perna no dia 23.11, quando acompanhado de membros da sua comunidade, dirigiu-se a casa do garimpeiro Urbano, situado a 3 km do centro da maloca. O incidente esta inserido no contexto da luta desta comunidade para retirar todos os garimpeiros que trabalham proximos da maloca, no rio Mau. O mais grave da questao e que o Juiz Federal havia expedido uma liminar reintegrando na posse a comunidade indigena e a revogou, levando em consideracao que os 4 garimpeiros estao na area ha mais de um ano e meio, o que garantiria a eles, se a terra nao fosse indigena, nao sair liminarmente dela. Contudo a Procuradoria, que impetrou a acao de reintegracao de posse em nome da comunidade macuxi, esta acompanhando o caso, tendo inclusive ja deslocado o Juiz Federal para visitar local.

Juiz Estadual "interessado" na Problematica Indigena

O Juiz da Vara Civil de Boa Vista, Dr. Alcir Gursen de Miranda, concedeu medida liminar reintegrando e mantendo na posse 4 garimpeiros que trabalham no rio Mau, proximos a comunidade indigena macuxi da maloca Maturuca. A decisao do juiz ignora, com fortes indicios de ser propositadamente, que a terra e indigena. Em razao desta decisao do Juiz o Procurador da Republica que aqui estava ate novembro, entrou com duas acoes de Oposicao contra a decisao do Juiz e pedindo a transferencia do caso para a Justica Federal. O Juiz ainda nao decidiu as Oposicoes. Concomitantemente, o Procuradoria ingressou com Acao de Reintegracao de Posse, cujo desenrolar esta acima explicado.

O mesmo juiz Alcir Gursen e professor de Direito na Unversidade Federal de Roraima, e esta junto com alguns de seus alunos realizando uma pesquisa em comunidades indigenas da regioao de Normandia. E preocupante esta pesquisa dada a posicao que o professor vem tomando enquanto Juiz. Em programa da TV-E o Dr. Alcir Gursen declarou acreditar no direito de conquista (aquele que legitimou atrocidades 500 anos atras) dos fazendeiros sobre as terras indigenas e pensar a posse indigena em termos de casas para habitacao, plantacoes de roca, currais, ou seja, restringindo a posse indigena, que envolve um iniverso diferente do nosso, a posse civilista.

Invasao do Exercito

A Assessoria Juridica acompanhou em duas reunioes liderancas indigenas do CIR e da maloca Maturuca, que estiveram com o Gal. Pinto, do 7o. Batalhao de Infantaria e Selva. O objetivos das reunioes foi discutir a invasao das casas desta comunidade no dia 30 de agosto deste ano e gestionar quanto ao desaparecimento de 500 mil cruzeiros de um professor da comunidade e de 118 gramas de ouro da cantina que estavam numa das casas invadidas. As duas reunioes foram infrutiveras, devendo haver uma terceira. Caso nao haja nenhuma perspectiva de reaver esses bens por via conversatoria, se tentara a via legal.

Campanha da Raposa/Serra do Sol

O CIR enviou documento que pede a expressao de solidariedade para com as comunidades indigenas macuxi afetadas pelo garimpo ilegal nas suas terras, atraves de manifestacoes a serem feitas ao Juiz Federal que decidira sobre a retirada, ou nao, de todos os garimpeiros delas. Ate o momento algumas entidades remeteram officios ao CIR comunicando ter atendido ao seu apelo.